



UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Centro: CCJE

Disciplina: Consentimentos Minerários

Carga Horária Semestral: 60 h/a.

Professor: Neiva Lima dos Santos Buaziz

Departamento: Gemologia

Código: GEM06690

Créditos: 04

Período: 2017/2

PROGRAMA DE DISCIPLINA

A. EMENTA

Introdução ao Direito Minerário: O Direito Minerário brasileiro, a influência dos negros na mineração brasileira, história e cultura Afro-Brasileira e Africana, o lugar das tradições Africanas no desenho cultural, a importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e Lei 12.711 de 29/08/2012 (relações étnico-raciais) política educacional e social das questões étnico-raciais – MEC, História e Cultura dos povos indígenas e as demarcações de suas terras. Regime constitucional dos recursos minerais, solo e subsolo, jazidas e minas, classificação das minas, partes integrantes de mina, o minério extraído. Regimes de aproveitamento mineral: O requerimento de pesquisa, direito de prioridade, Consentimentos para pesquisa, Consentimentos de lavra, Manifesto de mina, proteção especial a atividade mineral, aplicação do direito ambiental a mineração; Código de mineração e Constituição Federal.

B. OBJETIVO

Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e aplicação da natureza Jurídica do Consentimento para pesquisa mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Conhecer as relações jurídicas dos minerais industriais e a cadeia produtiva de gemas, joias e afins. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes nas questões étnico-racial e do povo indígena. Compreender as políticas educacionais relacionadas com as questões étnico-racial. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação Mineral adequada e identificação de impactos ambientais. Conhecer os riscos da atividade mineral.

Estudar e aplicar o Código de Mineração e a Constituição Federal nas questões de mineração e étnico-racial.

C. PROGRAMA

1. Introdução ao Direito Minerário:

- 1.1 História do Direito Minerário;
- 1.2 A influência de outros Países na Mineração Brasileira;
- 1.3 A Realidade Nacional da Mineração Brasileira;
- 1.4 História e cultura Afro-Brasileira e Africana;
- 1.5 A influência do negro na mineração brasileira;
- 1.6 A importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e 12.711 de 29/08/2012 (relações étnicas – raciais);
- 1.7 História e cultura dos povos indígenas e os conflitos sobre demarcações de suas terras;
- 1.8 Comandos da Legislação Minerária;
- 1.9 Definição de Jazida, Mina e Lavra;
- 1.10 Garimpagem, Faiscação e Cata.

2. O Direito Minerário Brasileiro:

- 2.1 Regime Constitucional dos Recursos Minerais;
- 2.2 Relações Jurídicas no Direito Minerário;
- 2.3 Solo, Subsolo, Jazidas e Minas;
- 2.4 Classificação das Minas;
- 2.5 Partes Integrantes das Minas;
- 2.6 Características do Direito Minerário;
- 2.7 O Minério Extraído.

3. Os Regimes de Aproveitamento Mineral:

- 3.1 Aproveitamento Mineral;

- 3.2 Requerimento de Pesquisa;
- 3.3 Direito de Prioridade;
- 3.4 Consentimento para Pesquisa;
- 3.5 Consentimento para Lavra;
- 3.6 Consentimento Municipal;
- 3.7 Consentimento para Lavra Garimpeira;
- 3.8 Consentimento para Exploração Pública;
- 3.9 Monopólio;
- 3.10 Manifesto de Mina.

4. Proteção Especial à Atividade Mineral:

- 4.1 Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade;
- 4.2 Penhora de Partes Integrantes da Mina;
- 4.3 Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;
- 4.4 Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental;
- 4.5 Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental;
- 4.6 Certificado de Kimberley – SCPK;
- 4.7 CEFEM e aplicação dos recursos.

5. Código de Mineração: pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada.

- 5.1 Instituição e Aplicação – Decreto-Lei Nº 227, de 27/02/1967;
- 5.2 Regulamento do Código de Mineração - Decreto Nº 62.934, de 2/04/1968;
- 5.3 Constituição Federal de 1988;
- 5.4 Legislação Aplicada;
- 5.5 Colocações Finais.

D. METODOLOGIA

Procedimentos:

A disciplina será ministrada por meio de:

- Aulas expositivas, dialogadas, ministradas pelo professor com a participação pró ativa dos alunos;
- Discussões de casos e práticas didáticas que possibilitem a participação efetiva dos alunos no processo de apreensão e consolidação dos conteúdos programáticos.
- Trabalhos escritos individuais e/ou coletivos com construção orientada;

E. RECURSOS

- Quadro e pincel;
- Projetor de multimídia (Datashow)
- Textos diversificados

F. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

- a. Participação nas aulas – 10% da nota total;
- b. Duas avaliações individuais escritas – 60% da nota total (1ª (02/10/2017 - 2ª em 04/12/2017);
- c. Seminário (com temas a serem definidos com a turma oportunamente), individual ou em grupo, escrito e apresentado ao final das unidades – 30% da nota total;
- d. Prova final será aplicada em consonância com o calendário UFES;
- e. A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período. OBS: As leituras dirigidas, quando acompanhadas da entrega de fichamentos, bem como os debates organizados em sala de aula, a critério do professor, poderão fazer parte da composição das notas.

- f. Não serão aplicadas provas de 2ª chamada, a não ser para os casos previstos no regulamento da UFES.
- g. Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão direito a realizar uma prova final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação que deverá ser aplicada conforme o item “d” acima especificado;

Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações (provas e trabalhos) que ele eventualmente tenha realizado.

G. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FREIRE, William. **Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral:** do consentimento para lavra e do manifesto de mina no direito brasileiro. Belo Horizonte, MG: Mineira Livros Jurídicos, 2005.
2. GODINHO, Tazil Martinho. **A conceituação jurídica de autorização de pesquisa e da concessão de lavra.** Brasília: IBRAM, 1990.
3. PINTO, Uile Reginaldo. (Org.). **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental.** 9ª ed. Brasília: 2004.

H. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARRUDA, Alexandre Trajano de. **Normas regulamentares de mineração.** Brasília: Ministério de Minas e Energia - Departamento de Produção Mineral, 1988.
2. BEDRAN, Elias. **A mineração à luz do Direito Brasileiro.** Rio de Janeiro, RJ: Alba, 1957. v. I II e III.

3. BUAIZ, Neiva Lima dos Santos. **O DIREITO EM TEMPO REAL: Artigos nas diversas áreas do Direito.** Brasília: Editora Kiron, 2016.
4. GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade.** Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.
5. SILVA, Cristiane Rodrigues Araujo. **Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação.** v.2. São Paulo, SP: Editora Fiuza, 2012.